

o | POUUCA

# Sindicato pede CPI para investigar 20 irregularidades na Educação

Vice-presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação protocolou representação na Câmara de Vereadores propondo uma ampla investigação

■ Márcio Reinheimer  
marcio@jornalibi.com.br

A Câmara de Vereadores começou a analisar, nesta terça-feira, uma representação assinada pelo vice-presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação, Thiago Prouença, propondo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O professor apontou 20 supostas irregularidades que, acredita ele, requerem intervenção do Legislativo. Entre elas, o não pagamento do piso nacional aos educadores, a falta de estrutura em algumas escolas e a forma como foi conduzida a licitação do transporte escolar.



SECRETÁRIA de Educação, Silvana Schallenberger



SINDICALISTA Thiago Prouença, autor do requerimento

está disciplinada no artigo 58 da Constituição Federal. "As CPIs têm poderes de investigação próprios das

nos procurou para discutir qualquer tipo de suspeita de irregularidade", observa. Segundo Silvana, os

de uma estratégia para desgastar o governo do prefeito Aldana. "Nosso trabalho tem chamado a atenção da comunidade e, aos poucos,

readores. Para que a CPI seja instalada, é necessário que quatro deles (1/3 da composição) assinem um requerimento dirigido à mesa diretora. Essa definição deve ocorrer nos próximos dias. O sindicalista considera suspeita e temerária a forma como está sendo feita a administração da educação municipal em Montenegro.

De acordo com o advogado Vinícius Kirsten, consultor jurídico da Câmara, a criação das comissões parlamentares de inquérito

nado e por prazo certo. As conclusões, se for o caso, devem ser encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores", explica.

Na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a sugestão do Sindicato foi encareada com surpresa. De acordo com a professora Silvana Schallenberger, responsável pelo setor, todos os procedimentos são realizados com base na legislação em vigor. "O pessoal do Sindicato nunca

primeiro lugar, uma total falta de conhecimento sobre as leis e sobre as atividades que a Secretaria realiza. "Quando se trabalha com base na legislação, é inevitável que se contrarie interesses pessoais, inclusive daqueles que dirigem o Sindicato. Para cada 'irregularidade' apontada existe uma explicação e não temos qualquer receio de responder as dúvidas do Sindicato ou da Câmara de Vereadores", reitera.

Para a equipe da Smecc, o pedido de CPI faz parte

uma reivindicação por parte do Sindicato. Muitos não conseguem reconhecer isso", justifica Silvana.

A secretária diz que a pressão que está sendo feita sobre a Smecc não tem o objetivo de qualificar o ensino. "Nós estamos agindo com base na lei, eliminando privilégios e situações que sangravam os cofres públicos, ora para agradar eleitores de determinadas pessoas, ora para aumentar os lucros de algumas empresas. Isso, de fato, está gerando revolta", ataca.

## Situação do Sindicato é questionada

A coordenadora pedagógica Liane Lautert, da Secretaria Municipal de Educação, não reconhece o Sindicato como uma representação efetiva dos professores da rede. Isso porque a entidade ainda não está regularizada perante o Ministério do Trabalho, embora já tenha conseguido o CNPJ. Também estranha que, junto com o pedido, a entidade não tenha anexado pelo menos uma ata de assembleia da categoria manifestando o interesse pela abertura de uma CPI na Câmara de Vereadores.

De acordo com o vice-presidente Thiago Prouença,

que atua na rede pública municipal desde março de 2010, não houve um encontro com a categoria antes da produção do documento. "Todos os fatos descritos são fruto daquilo que os colegas vêm nos passando há meses, mas a maioria não está disposta a enfrentar as consequências que essa exposição poderia trazer", explica. O sindicalista reforça que, historicamente, há em Montenegro episódios de perseguição que, inclusive, já teriam alcançado os dirigentes da entidade.

O autor do requerimento revela que, em agosto do ano passado, a direção foi

recebida pelo prefeito Luiz Américo Aldana e propôs uma agenda contínua para debater os temas da Educação em Montenegro. "Infelizmente, apesar da promessa do prefeito, isso não ocorreu. Nossos pedidos de informações também não foram respondidos", denuncia.

O somatório destas circunstâncias é que levou o Sindicato a procurar a Câmara. "Estamos pedindo que eles investiguem, apurem responsabilidades e, desta forma, evitem prejuízos futuros à Educação e aos profissionais que dela vivem", conclui Thiago.



LIANE Lautert entende que o Sindicato não é o representante legítimo dos professores municipais

## OS 20 pontos que deram origem ao

### 1 Não pagamento do piso salarial nacional de 2016 aos professores da rede municipal de ensino.

A diferença a menor hoje é de R\$ 46,00 e, segundo a Smecc, apenas 16 (3%) do total dos professores recebe menos do que a lei determina. O problema será resolvido em abril, quando o dissídio da categoria novamente deixará o básico dos educadores locais acima do que determina a lei.

### 2 Busca da origem do déficit do Fundeb, apontado no orçamento de 2016.

A secretária Silvana explica que o índice de retorno é definido com base em vários indicadores, entre eles, o número de alunos atendidos na rede municipal e o comportamento da economia nacional. Grande parte do valor, que é destinado ao pagamento de professores, é fruto da arrecadação de impostos. "Não está ao nosso alcance aumentar estes valores", ressalta, admitindo que entre o que seria necessário neste ano e o que realmente deve vir pode haver uma diferença a menor de R\$ 5 milhões.

### 3 Falta de vagas nas creches do Município.

De acordo com a professora Tânia Iró da Motta, responsável pela central de vagas, a acusação é estranha, justamente num momento em que, pela primeira vez, o Município está muito próximo de zerar o déficit. Hoje, a rede conta com 1.291 alunos matriculados em turno integral (manhã e tarde) e 648 em turno parcial (só de manhã ou só à tarde). Somente ganham turno integral as crianças em situação de vulnerabilidade social, identificadas pela escola, ou aquelas em que pai e mãe trabalham nos dois turnos. "Isso está expresso na lei", ressalta Tânia, acrescentando que as eventuais queixas normalmente partem de quem pode, mas não está disposto a cuidar dos filhos num dos turnos. Hoje, a Smecc ainda tem 495 vagas sobrando.

### 4 Perseguição imposta a professores por parte da Secretaria

A secretária Silvana garante que não há perseguição alguma, apenas interesses contrariados quando a Administração determina o pleno cumprimento das leis. "Gostaria que o professor Thiago indicasse quem foi perseguido, quando e por quê", desafia.

### 5 Isonomia dos Planos de Carreira do funcionalismo municipal e dos professores.

A diretora do Departamento de Educação, Rosani Brochier Nicoli, diz que não se pode, sequer, falar em isonomia, já que são planos totalmente diferentes, tendo em vista as peculiaridades do trabalho na Educação. "Este ano, ainda, haverá uma revisão, que será previamente discutida com a categoria", informa.

### 6 Fim do programa Mais Educação em Montenegro.

De acordo com a coordenadora pedagógica Liane Teresinha Lautert, o Mais Educação é federal e sua manutenção depende da liberação de verbas pela União. Ano passado, funcionou parcialmente nas escolas Manoel José da Motta, Esperança e Maria Josepha de Oliveira. Este ano, com nova remessa de recursos, será operacionalizado em seis escolas. "Isso, inclusive, já foi divulgado pela imprensa e mostra o quanto o autor do requerimento de CPI está mal informado sobre as ações da Smecc", dispara.

### 7 Consideração irregular do recreio das escolas como hora-atividade dos professores.

A lei federal que estabeleceu o piso nacional dos professores também determina que um terço de sua carga horária seja reservada para atividades fora da sala. Neste tempo, devem preparar as aulas e participar de ações de qualificação do seu trabalho. Significa que, numa jornada de 22 horas semanais, o professor fica com os estudantes apenas por 16h, ou seja, quatro turnos por semana. No quinto, o estudante é atendido por um substituto, desenvolvendo outras atividades curriculares, como Hora do Conto e sala de Informática. Para fechar a carga horária e respeitar a lei com menor impacto financeiro devido à necessidade de contratação de mais professores, a Smecc passou a contar, como hora de atividade extraclasses, os 20 minutos diários do professor no recreio. "É um tempo pelo qual eles são remunerados, mas não desempenham atividade em sala de aula", explica a secretária Silvana, dizendo que a prática tem o aval do Ministério Público e do Judiciário.